



Jornalismo e história oral: a experiência do Centro de Comunicação Digital da Amazônia na formação de repórteres cidadãos¹

Juliano José de Araújo – UNIR²
Patrícia da Veiga Borges – UFG³

Resumo

Como podemos pensar na formação de repórteres cidadãos, que se reconheçam como sujeitos sociais e, sobretudo, reconheçam o “outro” ou os “outros” que nos cercam a partir do olhar detalhado sobre o cotidiano e suas particularidades sobre a reflexão do próprio “eu”? Uma primeira resposta a esta pergunta, a título de hipótese, começa a delinear-se a partir do momento em que nos distanciamos da rotina industrial do jornalismo e focamos na formação dos repórteres, futuros jornalistas, os quais ainda estão cursando a universidade. Nesse contexto, a proposta deste artigo é apresentar a experiência do projeto Centro de Comunicação Digital da Amazônia (CCDA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que tem a articulação do jornalismo à metodologia da história oral como estratégia para a formação de repórteres cidadãos.

Palavras-chave

História oral; jornalismo; repórteres cidadãos.

“O povo dá as chaves para os personagens. Por que os autores dos discursos da atualidade, essenciais ao exercício da cidadania, não estão perto das vozes do cotidiano?”

Medina (2003, p. 86)

Introdução

Atualmente, as discussões sobre globalização alternativa e democratização dos meios de comunicação têm ganhado cada vez mais destaque no cenário das comunicações contemporâneo, chegando, inclusive, a ser o foco de debates entre pesquisadores e profissionais da área, bem como entre representantes da sociedade civil, todos preocupados com a política de comunicação vigente no país⁴. O exemplo mais recente dessa questão no Brasil pode ser visto com toda a mobilização feita por diversos

¹ Trabalho apresentado à Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania (DT 07) do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte.

² Juliano José de Araújo é jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e professor do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), onde desenvolve o projeto Centro de Comunicação Digital da Amazônia (CCDA). Atualmente, também é assessor de comunicação social da UNIR. E-mail: julesaraujo@hotmail.com

³ Patrícia da Veiga Borges é jornalista, especialista em Jornalismo Literário e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Cidadania da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi professora do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UNIR de 2006 a 2009, participando da implantação e desenvolvimento das atividades do CCDA. Atualmente, é diretora de programa da TV Educativa e Cultural UFG. E-mail: patriciadaveiga@gmail.com

⁴ Capparelli e Lima (2004) apresentam um levantamento minucioso dos reflexos da política de comunicação brasileira em nossa sociedade, dentre os quais destacamos: a propriedade familiar na radiodifusão e na imprensa; a vinculação da radiodifusão com elites políticas regionais e locais; a presença das igrejas, em particular, na radiodifusão; e a permanente exclusão do cidadão. Um estudo mais recente acerca da concentração dos meios de comunicação pode ser encontrado no projeto Donos da Mídia, desenvolvido a partir de um trabalho pioneiro do jornalista Daniel Herz, e disponível para consulta em <http://donosdamidia.com.br>



segmentos da sociedade para a realização da I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), já confirmada para o final deste ano, e que pretende ter em pauta temas como a democratização do acesso à comunicação, a convergência tecnológica e a construção de direitos e cidadania na era digital.

É nesse contexto, preocupados com a formação dos alunos do curso de Comunicação Social/Jornalismo, que se insere a proposta do presente artigo: como podemos, diante de um cenário comunicacional globalizado, atrelado aos interesses de grandes grupos econômicos, pensar na formação de repórteres cidadãos, que se reconheçam como sujeitos sociais e, sobretudo, reconheçam o “outro” ou os “outros” que nos cercam a partir do olhar detalhado sobre o cotidiano e suas particularidades sobre a reflexão do próprio “eu”?

Responder a tal pergunta não é tarefa fácil, sobretudo se considerarmos que a atividade jornalística envolve diversos atores que, direta ou indiretamente, influem (senão tentam influir!) no processo de produção da notícia, considerada, como já apontou Medina (1988), em um produto à venda. Por um lado, há a cobrança e pressão de editores sob os repórteres, que exigem qualidade e agilidade na produção dos conteúdos, sobretudo com a implantação das novas tecnologias da comunicação nas redações. Por outro, há a interferência de atores econômicos (anunciantes e patrocinadores em especial) e políticos (sejam grupos políticos em âmbito nacional ou regional). Entretanto, a resposta à pergunta que fizemos no parágrafo anterior parece delinear-se (ao menos, a título de hipótese) a partir do momento em que nos distanciamos da rotina industrial do jornalismo e focamos justamente na formação dos repórteres, em nosso caso, futuros jornalistas, os quais ainda estão cursando a universidade. Mas como fazer isso?

O tema do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte “Comunicação, Educação e Cultura na era digital” instigou-nos a apresentar os resultados parciais do projeto de extensão universitária Centro de Comunicação Digital da Amazônia (CCDA)⁵, desenvolvido desde o primeiro semestre de 2008 junto ao Departamento de Jornalismo (DEJOR) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). O CCDA reúne em um website – entendido, aqui, como um produto cultural contemporâneo – a produção jornalística dos discentes do curso de Comunicação

⁵ Projeto de extensão universitária contemplado pelo edital 2007 do Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária (PROEXT Cultura), realizado pela Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del-Rei (FAUF), com o apoio do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).



Social/Jornalismo, seja no formato de áudio, foto texto e/ou vídeo⁶ e busca articular as disciplinas teórico-práticas do curso com a extensão universitária e a pesquisa. Para tanto, no desenvolvimento de suas atividades o CCDA tem a articulação do jornalismo à metodologia da história oral justamente como estratégia para a formação de repórteres cidadãos, que se assumam como sujeitos sociais e, sobretudo, identifiquem e reconheçam os atores excluídos do processo comunicativo, aqueles que não têm voz na mídia ou, que quando têm, são retratados de forma estereotipada e preconceituosa, tal como ocorre com as comunidades tradicionais da Amazônia (indígenas, quilombolas, ribeirinhos), grupos minoritários (homossexuais, negros etc.) e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a Liga dos Camponeses Pobres (LCP)⁷.

Nas páginas que se seguem o leitor poderá conhecer um pouco do trabalho CCDA na formação de repórteres cidadãos. Inicialmente, apresentaremos uma problematização sobre as rotinas de produção no jornalismo industrial, onde o que interessa para o jornalista (ou melhor, a empresa quer que o jornalista faça!) é, literalmente, cumprir a pauta, mesmo que de forma acrítica e mecanizada, e considerando o entrevistado como mera fonte. Em seguida, faremos uma incursão na metodologia da história oral e destacaremos suas principais contribuições para a formação dos estudantes do curso de Comunicação Social/Jornalismo, na medida em que o entrevistado passa a ser considerado como depoente. A partir dessa exposição, apontaremos brevemente o que consideramos ser esse sujeito que aqui chamamos de “repórter cidadão” e traremos a experiência do CCDA, bem como uma das atividades desenvolvidas com os discentes no âmbito do projeto, intitulada “Minha experiência na Amazônia”.

Das rotinas de produção no jornalismo industrial aos diálogos entre história oral e jornalismo

Os acontecimentos e fatos do cotidiano percorrem um longo caminho até chegarem ao receptor. Todos os meios de comunicação, independente do suporte de mídia (impressa, radiofônica, televisiva ou online), operam com uma lógica de produção

⁶ A produção dos conteúdos está sendo feita por etapas, conforme a aquisição dos equipamentos do projeto. Em sua primeira fase, priorizou-se a produção de textos e fotos. Agora, com o recebimento dos equipamentos de áudio e vídeo, ocorrido em abril de 2009, pretendemos realizar a produção de conteúdos nos formatos de áudio e vídeo.

⁷ Arbex Jr. (2003, p. 385) afirma que o monopólio da comunicação “impede o debate plural e democrático das idéias, torna invisível – quando não ‘demoniza’ – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades”.



industrial, a qual denominamos de rotinas produtivas. As rotinas, como aponta Wolf (2001, p. 218), compõem-se “de diversas fases, que variam segundo a organização do trabalho específico de cada redação e de cada meio” e podem, regra geral, serem divididas em três etapas distintas: pré-produção, produção e pós-produção⁸.

A pré-produção diz respeito ao momento de planejamento do trabalho das redações. A partir da década de 1970, com a modernização do jornalismo brasileiro, não se faz jornalismo sem planejamento e um elemento importante desse processo é a pauta. Lage (2005, p. 34) aponta que no jornalismo o termo pode ter duas denominações. A primeira delas refere-se à pauta como o planejamento de uma edição ou parte da edição (nas redações divididas por editorias – de comportamento, cidade, economia, política etc.), que traz uma relação dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados nas matérias, como também eventuais indicações logísticas e técnicas, tais como: ângulo de interesse, dimensão pretendida da matéria, recursos disponíveis para o trabalho, indicações de fontes etc. A segunda denominação, por sua vez, diz respeito a cada um dos itens desse planejamento, quando atribuído a um repórter, o qual dirá “a minha pauta”, independente de tê-la recebido ou proposta.

Entretanto, antes de adquirirem o status de pauta, os acontecimentos são discutidos pelos editores e jornalistas durante as reuniões de pauta, momento em que são avaliados os assuntos que podem virar notícia, ou seja, aquilo que será ou não agendado pelos meios de comunicação. É durante as reuniões de pauta que se discute a angulação da matéria, ou seja, o enfoque que será dado ao acontecimento⁹. Definida a angulação, a pauta começa a ganhar forma. Normalmente, a pauta de hoje foi decidida durante a reunião de ontem. As fontes de informação com que se organizam as pautas são provenientes de diversas origens, a saber: notícias publicadas em rádio, jornal, televisão e internet; conteúdos divulgados pelas agências de notícia internacionais e nacionais; materiais encaminhados pelas assessorias de imprensa, como os releases;

⁸ Dependendo da perspectiva teórica adotada, as denominações dessas fases podem sofrer variações. Wolf (2001, p. 218-249), no âmbito dos estudos do jornalismo, por exemplo, indica que as rotinas produtivas apresentam três fases, a saber: recolha, seleção e apresentação. A fase de recolha englobaria a de pré-produção e de produção; já a de seleção e apresentação corresponderia à de pós-produção. Mais adiante veremos todas essas fases detalhadamente.

⁹ Medina (1988, p. 73) indica que no jornalismo moderno a angulação apresenta relações muito estreitas de três níveis gerais de comunicação, os quais denomina de nível massa, grupal e pessoal. No primeiro deles, a angulação seria submetida ao critério das vendas dos jornais, ou seja, trata-se de “embalar a informação com ingredientes certos de consumo”, que agradem a massa de leitores (idem, p. 75). Já no segundo nível a angulação identifica-se com a caracterização da empresa jornalística onde a pauta será desenvolvida e com os grupos econômicos e políticos ao qual está ligada. O terceiro nível da angulação, por fim, equivaleria à abertura de espaço nas redações para a criação pessoal do repórter, caso raro no jornalismo, salvo grandes repórteres e entrevistadores, os quais conseguem, ao menos nas entrelinhas, propor inovações seja em termos de conteúdo e/ou formato. Esses níveis, entretanto, não surgem isolados; muito pelo contrário, todos se articulam e, às vezes, torna-se difícil separá-los, fato pelo qual alguns autores preferem usar a expressão “linha editorial”.



publicações de órgãos oficiais, tais como os resultados de pesquisa e relatórios; dados que chegam aos repórteres em seu trabalho cotidiano; informações do público enviadas por meio de e-mails, telefonemas etc. Lage (2005, p. 34) destaca que a pauta, como parte integrante da pré-produção, constitui-se num elemento fundamental para o planejamento das rotinas produtivas dos meios de comunicação, sendo um aspecto da utilização de técnicas de administração aplicado às redações.

Já a produção refere-se ao trabalho de campo do jornalista e, posteriormente, de redação das matérias. Dito de outro modo, inicialmente, é quando o repórter, com a pauta em mãos – toda a rotina de produção é pré-estabelecida pela pauta –, vai para as ruas apurar e captar as informações e, em seguida, redige a notícia. A produção é o momento em que as entrevistas serão realizadas, os dados serão obtidos, checados e, quando for o caso, confrontados, sobretudo no caso de matérias que mostrem os dois lados de um determinado fato. Lage (2005, p. 49) destaca que são poucas as matérias jornalísticas que se originam da observação direta, sendo que “a maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”. No dia a dia de trabalho, “é tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (*ibidem*). Essas “instituições ou personagens” a que se refere o autor são justamente as fontes. Sejam documentais (acervos, documentos oficiais, resultados de pesquisas etc.) ou vivas (as pessoas, propriamente ditas, entendidas aqui em suas múltiplas faces) a presença das fontes nas produções jornalísticas é fundamental.

Apuradas as informações, cabe ao repórter organizá-las, segundo normas e critérios redacionais de cada meio de comunicação. No jornal impresso, é o momento da redação dos textos, títulos e intertítulos, além de escolher as melhores fotos para ilustrar a matéria e redigir as legendas. Na televisão, o repórter deve redigir o texto em off, considerando as imagens que foram captadas, estruturar um roteiro da matéria escolhendo os melhores trechos das entrevistas, além da passagem, do encerramento e da sugestão de cabeça. No rádio, assim como na televisão, o repórter também fará um roteiro da matéria, considerando, no caso, a questão da oralidade do meio, e escolherá também os melhores trechos das entrevistas e, se for o caso, fará uso de recursos de áudio. Aqui, não nos deteremos nas demais especificidades da linguagem de cada um dos meios de comunicação, mas em apenas algumas considerações gerais sobre as normas e critérios redacionais de cada um deles, apontados acima. O que nos interessa,



em especial, é constatar que em todos predomina uma estrutura geral da notícia: trata-se do lead e da estrutura da pirâmide invertida, que atende aos padrões de produção industrial do jornalismo moderno. Assim, os textos jornalísticos são construídos de forma a narrar os fatos em ordem decrescente de importância, respondendo à velha fórmula quem fez o que, a quem, quando, onde, como, porque e para quê¹⁰.

A pós-produção, por sua vez, última etapa da rotina de produção jornalística, trata da edição de texto, imagem e som. Feito todo o trabalho de apuração e captação das informações, é chegada a hora de transformar o material bruto levantando pelas equipes de reportagem em produto final: a notícia. O editor deve dar sequência lógica à matéria produzida, revisar o texto, ficar atento ao áudio e as melhores imagens e, sobretudo, à carga emotiva e informativa das reportagens, não esquecendo da angulação pretendida pelo meio de comunicação e estabelecida na pauta. Dito de outro modo, o editor, independentemente do veículo em que esteja trabalhando, deve ter uma visão de conjunto, seja do jornal, do programa de rádio ou do telejornal. Nessa perspectiva, uma boa edição deve ser capaz de hierarquizar as informações no âmbito do produto jornalístico, organizando-as em ordem progressiva de interesse.

É inserido nessa lógica dos meios de comunicação de massa que um elemento chama a nossa atenção: o entrevistado. Que relação é estabelecida entre o repórter e seus entrevistados diante desse processo de produção industrial das notícias? Entrevista é método. Aliás, técnica que faz parte de um procedimento metodológico da chamada pesquisa qualitativa, empregada na grande área das humanidades, mas também nas ciências biológicas, da saúde etc. Enquanto método, a entrevista tem de ser elaborada e testada, até chegar à sua aplicação ideal com um questionário pré-definido. Isso implica em contato do entrevistador com o entrevistado antes mesmo da formalização do gravador ligado (e do registro do depoimento). Visitas, conhecimento prévio e, acima de tudo, confiança são fundamentais nesse processo reconhecido como dialógico. Um pesquisador, quando oficializa a entrevista, já tem condições de perceber o ambiente, o modo de ser e de dizer do entrevistado.

Após a realização da entrevista, a série de perguntas dá lugar à fixação do que foi dito, narrado e lembrado, por meio das técnicas de transcrição, textualização e transcrição. Aí nos valem da nossa escolha metodológica: a história oral. Bom Meihy (2005) nos dá a noção desse processo. Transcrever é registrar a entrevista em

¹⁰ A respeito do lead e da estrutura da pirâmide invertida, como também dos padrões de produção do jornalismo industrial, veja Lage (2004a), Lage (2004b) e Medina (1988).



primeira instância: “a fala em estado bruto” vai para o papel na íntegra, com todas as pronúncias, perguntas e respostas. Textualizar, o segundo passo, é suprimir alguns elementos da oralidade como ruídos, repetições, vícios de linguagens, pigarros etc., sempre, claro, com o retorno ao entrevistado (que Bom Meihy prefere chamar de “colaborador”). Transcriar, por último, é dar forma ao relato, é assumir o discurso por meio do registro escrito, transformar o material de pesquisa em narrativa e incluir o que não foi dito, mas que foi demonstrado por quem responde e percebido por quem pergunta. O pesquisador se vale, nesse momento, também de outros dados constatados por meio do ambiente, do contexto e dos modos de dizer do entrevistado.

A essa altura, o texto com a entrevista concedida já passou pelas mãos dos dois atores do processo dialógico ao menos três vezes. Em história oral, para que não haja ingerência por parte de quem pergunta, o texto final transcrito retorna a quem responde. Assim, o veredicto final do relato é da comunhão de um com outro. É como se o pesquisador quisesse saber: o que você disse foi realmente isso que está impresso não só na fala, mas nos elementos anteriores a ela? Para Bom Meihy (2005, p. 195), é essa negociação que garante a seriedade da história oral, pois não usurpa nem se aproveita da fala do outro, mas sim a considera em sua totalidade:

Adotando o princípio elementar de que existem diferenças entre uma situação (língua falada) e outra (língua escrita), o mais importante na transposição de um discurso para o outro é o sentido, que, por sua vez, implica intervenção e desvios capazes de sustentar os critérios decisivos. Por outro ângulo, a incorporação do indizível, do gestual, das emoções e do silêncio convida a uma interferência que tenha como fundamentos a clareza do texto e sua força expressiva. Em história oral, o reconhecimento do texto procedido pela conferência e pela autorização determina se o colaborador se identificou ou não com o resultado. É essa a grande prova da qualidade do texto final.

Para o jornalismo, entrevista também é método, mas o modo de fazer industrial não permite que haja rigor em suas etapas de realização: captação, transcrição, textualização e transcriação. Aliás, as determinações da rotina produtiva suprimem ou invertem muitas dessas etapas, impedindo a negociação e o diálogo. Não há tempo, não há disponibilidade, não há aplicação prática para o retorno ao entrevistado, que passa a mera fonte, pronunciante, “falador de coisas” que serão utilizadas certamente fora de todo um contexto.

Assim, a entrevista perde sua essência metodológica e – que ironia! – parece processo incompatível com a ritualística de reconhecer a fonte, testar questionários e



transcrever as falas dos entrevistados, para só depois chegar a conclusões. As conclusões são estabelecidas antes mesmo da realização da entrevista, o que reduz as possibilidades de narrativa do fato e empobrece o processo de captação e transmissão jornalística. Ocorre, então, o afastamento do método, do rigor e, como ressalta Medina (2004, p. 6-7), da prática dialógica:

O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social. Na maior parte das circunstâncias, o jornalista (comunicador) imprime o ritmo de sua pauta e até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados. A caricatura deste fato se difunde por aí em entrevistas de televisão, cujo *script* é pré-montado, ensaiado, ficando pouca margem para o entrevistado decidir qual o rumo de seu pensamento ou de seu comportamento. O que menos interessa é o *modo de ser e o modo de dizer daquela pessoa*. O que efetivamente interessa é cumprir a pauta que a redação de determinado veículo *decidiu* (Grifos do autor).

Nesse contexto, ao trazer a metodologia da história oral para o jornalismo, buscamos justamente rever o papel da fonte no processo comunicacional, valorizando o entrevistado e suas vivências, elementos relegados pela grande mídia.

Sujeito e cidadania: entrevistado e entrevistador na mesma condição

O cidadão, na *pólis*, é compreendido como o ser constituído de voz e poder de decisão. É alguém reconhecido como apto a pronunciar-se diante da vida coletiva e, assim, fazer política¹¹. Com o advento da vida moderna, essa concepção inicial é retomada – não a toa que a liberdade de expressão torna o pilar central das reivindicações burguesas – e uma série de conceitos de cidadania surge para moldar, principalmente, as normas sociais. A diferença é que, ao contrário do modelo ideal grego, não apenas os homens de alguma posse material são considerados cidadãos.

Da reclamação dos direitos civis a partir da revolução burguesa até as lutas proletárias inglesas do século XIX; dos anarquistas que implodem nas fábricas italianas no início do século XX até a rebelião das feministas na década de 60; indivíduos organizados conforme seus interesses reforçam historicamente a idéia de que cidadania é o “direito a ter direitos”¹². Contudo, o que possibilita que esses grupos divergentes se

¹¹ Em sua concepção clássica, a *Política* resultaria de toda atividade da *pólis*, toda articulação feita entre os homens no âmbito da cidade e para o contingente que nela habita. Viver e decidir sobre os assuntos comuns da cidade, assim como administrar as decisões coletivas, seria fazer política. Aristóteles foi o primeiro a reconhecer essa natureza de decisão sobre os rumos da cidade, atribuindo à política “a significação mais comum de arte ou ciência de governo”. (BOBBIO, 1986, p. 954).

¹² Frase consagrada por Thomas H. Marshall que, conforme Vieira (2001, p. 33), em 1949 propõe a primeira teoria sociológica acerca da cidadania, considerando que os direitos aos quais todo cidadão tem direito são civis (de



reúnam para reivindicar o que quer que seja (e não tentem manter, por exemplo, a condição do escravo, da criança e da mulher tal e qual na Grécia Antiga) é a noção de que são seres ativos diante da vida coletiva. Cidadania é, então, algo mais do que ter direitos, é ser também sujeito¹³.

E como reconhecer-se sujeito? Como identificar o que falta, saber que há direitos e, enfim, garanti-los? Como um trabalhador resolve cobrar aumento de salário ou redução de sua carga horária? Como um escravo liberta-se do seu senhor e foge? Como um homossexual se assume enquanto ser livre para exercer sua sexualidade? Como as mulheres defendem o direito de praticar aborto? Apesar de os interesses dos indivíduos na sociedade oscilarem entre a vida privada e a pública (o que desejam para sua vida em particular e o que desejam para sua vida cívica), um sujeito só reclama quando reconhece seus dramas, suas fraquezas e suas necessidades. Para Paulo Freire, isso quer dizer tomada de consciência, que só é possível a partir de um processo conflituoso chamado também de comunicação.

A comunicação denota diálogo e, assim, ato criativo e político (LIMA, 1981, p. 63). E é dessa “situação social em que as pessoas criam conhecimento *juntas*” (*ibidem*, p. 65) que comunicação para Freire ganha sentido de educação¹⁴. Está, então, na relação dialógica a responsabilidade da transformação de um indivíduo em sujeito. Ser que ouve, fala, troca, elabora, decide e compreende o mundo e seu lugar nele. Isso é formação para a cidadania. Segundo Freire (2000, p. 48):

No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. Faz tudo isso com a certeza de quem usa uma ferramenta, com a consciência de quem está diante de algo que o desafia. Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade.

Essa cidadania oriunda do conflito e das trocas de fala está além das normas ou do reconhecimento das esferas produtivas e do Estado. Está nas práticas do cotidiano, assim como a reportagem e a entrevista. O contrário seria o monólogo, situação em que as palavras soam falsamente ou então sequer acontecem. Um indivíduo não se põe no

primeira instância, como a liberdade), políticos (de segunda instância, como o voto) e sociais (de terceira instância, como a moradia, o trabalho etc.).

¹³ Sobre o reconhecimento do sujeito, que para nós neste artigo é critério de cidadania, nos valeremos das concepções de Paulo Freire sobre diálogo e constituição do sujeito, que resulta em “autonomia”.

¹⁴ Educação que não consiste apenas em formalizar conhecimento – não se trata de “preencher vazios” – mas sim de orientar para a vida.



lugar do outro e, assim, não há troca, transitividade e tomada de consciência: surgem as relações de dominação e opressão.

Não é a toa que o termo cidadão aparece nas obras de Paulo Freire sempre acompanhado da palavra “liberdade” e da idéia de que o ser humano é dotado de sua humanização. Para ele, a relação de quem oprime ou de quem é oprimido é sempre uma relação monológica que gera conformidade e afasta o ser humano de sua condição de existência. É algo inevitável: sem consciência não há liberdade, autonomia, cidadania, mas sim docilidade e fatalismo (FREIRE, 2005, p. 55).

No caso do jornalismo, o diálogo corresponderia à entrevista enquanto método para captação de informações, e a prática da reportagem enquanto conflito residiria no choque rotineiro entre o que o repórter pré-estabelece e o que a fonte responde. “Algo aconteceu que os perturbou”, comenta Medina ao propor “o diálogo possível” (1986, p. 7). E como fazer com que nossos estudantes de jornalismo sejam cotidianamente perturbados e façam disso uma comunicação para a cidadania?

Em primeiro lugar, deve haver envolvimento. Um repórter cidadão deve reconhecer-se como participante direto da realidade que ele narra todos os dias e, portanto, nunca pode enxergar-se distante de um fato que cobre ou de uma situação que investiga. Caso contrário, não seria sujeito. Nessa perspectiva, é impossível manter num repórter cidadão o espírito da neutralidade científica, tão celebrado pelo mercado e, por conseguinte, pelas empresas jornalísticas.

Em segundo lugar, há que se considerar que o entrevistado não é fonte e sim depoente. O que ele fala não está no texto, no áudio ou no vídeo apenas para ilustrar uma história ou para endossar um discurso. Está, sim, para interferir. E tanto pode interferir que pode, inclusive, quebrar as certezas do repórter antes mesmo da matéria pronta. Só assim há valor na fala que não é hierarquizada ou envolvida com o poder. A postura diante do prefeito de uma cidade, por exemplo, não pode ser diferenciada da postura diante de um mendigo. E o que notamos no nervosismo do mercado jornalístico é que são falas descontextualizadas e tratadas de formas divergentes quanto ao grau de importância. É assim que a relação entrevistador-entrevistado, da escolha das fontes até a finalização da matéria, é também uma relação monológica ou de opressor-oprimido.

Por isso, decidimos no CCDA que identificaríamos os sujeitos do nosso dia-a-dia a partir da primeira pessoa. Começamos a usar como ritual de entrada dos alunos no projeto (bolsistas e voluntários) a escrita de um texto livre previamente intitulado “Minha experiência na Amazônia”. Dali poderia partir qualquer tipo de narrativa sobre



memórias ou vivências no espaço onde se vive. O resultado foi, no mínimo, interessante.

A estudante Ana Cláudia Camargo Souza, por exemplo, recuperou em “As cartas de tio Joaquim” correspondências enviadas do irmão de sua mãe a seu pai quando ainda nem era nascida. Com a família residindo ao sul da Bahia, o tio visitava Rondônia e escrevia incentivando a todos os conhecidos do Nordeste a migrarem para a região, com mata virgem e terra boa para o cultivo. Sinais de um movimento migratório fortemente instigado pelos governos militares nas décadas de 70 e 80, que manteve resquícios até meados de 90.

Em maio de 1974, a comitiva de tio Joaquim chegou a Rondônia, depois três semanas de viagem, trazida por um caminhão conhecido como pau de arara e incentivada pelo governo por meio de programas de integração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Pelo apoio dos amigos conterrâneos que haviam se instalado no território, tio Joaquim conseguiu uma vaga na lista de distribuição de lotes oferecidos pelo INCRA. Alguns dias após a chegada, ele enfrentou muitas dificuldades, como as doenças típicas da região e a má condição das estradas vicinais, que na época da chuva ficavam intransitáveis. Mas, contou ele, logo venceu as dificuldades: “Quem suportou, venceu!”¹⁵.

Ana Cláudia – que nasceu em Rondônia e cresceu na roça do pai, nas imediações do município de Pimenta Bueno –, ao buscar a origem da migração de sua família, logo viu que o que lia nos livros, em forma de estatísticas, era parte de sua vida. E que, por isso, ao menos parte da História de Rondônia poderia ser contada ao seu modo.

Houve quem, a partir do “eu”, descobriu vidas de “outros”. Caso do estudante Sandro Melo Vieira, que considerou sua grande experiência na Amazônia uma curta viagem pelo Rio Madeira. Residente no município de Colorado do Oeste, localizado no Cone Sul de Rondônia, visitou pela primeira vez a capital Porto Velho em novembro de 2007, durante um festival de cinema. Dentro da programação do festival, estava previsto um passeio de balsa que ia de Porto Velho à comunidade de Santo Antônio, percorrendo uma extensão nas águas equivalente a 20 quilômetros em terra. O suficiente para a descoberta de Paulão, personagem que contaria muito de si e aguçaria as percepções de nosso acadêmico. Sandro, ao falar de Paulão, entregou-se também à sua primeira narrativa enquanto repórter. Oficializou o encontro de seu “eu” com os demais “outros” que encontrará pelo resto da vida:

¹⁵ Trecho do texto de Ana Cláudia Ferreira, “As cartas de tio Joaquim”, em fase de correção e, por isso, ainda não publicado no blog do projeto.



A primeira coisa que perguntei a Paulão foi seu nome e, depois, de onde ele era. Diante dessas duas perguntas ele desenhou os caminhos de sua vida. Começou falando que era uma espécie de guia ambiental – expressão, aliás, que repetiu várias vezes – e que conhecia muitas pessoas da Petrobrás, alguns pesquisadores americanos e outras pessoas “importantes”. (...) Ele falou bastante de suas viagens e de sua família. Mas o que não escondia era sua profissão de sangue: pescador. O que Paulão falava, de fato com entusiasmo, era de sua vida de pescador. O orgulho transbordava nas palavras do ribeirinho. Ribeirinho, guia ambiental e pescador, transformava-se também em lavrador em tempos de seca. Aí, durante esses meses de plantação no interior, a saudade da família e do Madeira apertava, reclamou. Seu destino era incerto e seu humor era bom e embriagado¹⁶.

Tivemos, assim, noção de quem eram nossos alunos – o que traziam da vida, que histórias viveram – e, a partir disso, passamos a indagar-nos sobre como poderíamos trabalhar para formá-los sob a condição de sujeitos autônomos diante da realidade e da rotina jornalística, prontos para o conflito e para modificarem sempre seus olhares e os olhares dos outros. Foi como viver algo semelhante aos círculos de cultura do Movimento de Educação de Base implantados pelo método de alfabetização de Paulo Freire: a cada semana nos reuníamos para ler os textos, discuti-los, reformulá-los e, nesse processo, descobríamos que o estudante e seu fragmento de vida ali contado era parte de nosso próprio exercício de cidadania. Havia identificação entre as histórias e, assim, o reconhecimento de si e do outro em seu espaço. No momento em que partíamos para a formalização dos estudos, tudo parecia mais claro nessa vida que existe entre o repórter e a sociedade.

Alguns textos foram publicados, outros não chegaram a ser finalizados, mas todos nos renderam um sentimento inicial de transformação, uma vez que descobrimos – nós e os alunos – que captar as pautas do dia-a-dia estava ali, na própria existência dos estudantes. O acadêmico Dennis Gonçalves, por exemplo, escolheu uma vizinha para entrevistar. Segundo ele, sua personagem o intrigava por ser bastante ativa, animada e gostar de conversar. Maria Hilda Satiro dos Santos, além de morar no mesmo condomínio de Dennis, é faxineira, lavadeira e mãe de um adolescente. Ele a conheceu disputando o tanque coletivo do prédio e quis levar suas experiências da vida privada para o espaço coletivo. O acompanhamento e as conversas com Hilda ocorreram em momentos diferentes, sempre no condomínio. Como ela falou da vida, houve também momentos de negociação, sobre o que podia ou não ser publicado. Houve dias,

¹⁶ Texto publicado em www.narrativasamazonicas.blogspot.com



inclusive, que a própria entrevistada convidava o repórter para conversar e ouvir mais um pouco de sua vida. Tamanha abertura se deu, suspeitamos, pela sinceridade e cumplicidade estabelecidas. Hilda era a escolha de Dennis, antes de tudo, como um exemplo de vida.

“Baixinha”. Esse é o apelido que quase todos usam para chamar Hilda no condomínio onde mora. Poucas pessoas sabem que ela se chama Maria Hilda. O que mais se ouve é “Ô baixinha vem aqui em casa”. E atendendo ao chamado de uma voz, seja ela vinda do primeiro, do segundo ou do terceiro andar do prédio, ela anda com velocidade, mexendo a suas pernas pequenas e torneadas, até o local onde a chamaram. É uma das pessoas mais populares do prédio. Conhece todos os moradores. E se tiver alguém que não conhece, quando este passa em frente a sua casa, ela trata de dar um sorriso e perguntar “Bom dia, como vai?” Assim ela conquista mais um amigo. Ela adora conversar com as outras mulheres do condomínio. Entre os assuntos principais estão as suas vidas e as vidas dos outros vizinhos. E quando um assunto engraçado vem à tona, suas risadas são ouvidas pelos outros residentes do condomínio. Hilda é uma pessoa que fala com a boca, com os olhos e também com as mãos¹⁷.

Com a experiência do CCDA, percebemos, como aponta Bom Meihy (2005, p. 125), que “o entrevistador, por um lado, deixa de ser aquele que olha para o entrevistado percebendo-o como mero ‘objeto de pesquisa’, ‘ator social’ ou ‘informante’, pois o que se busca (...) é registrar o significado da experiência pessoal ou do grupo”.

A defesa de Bom Meihy está amparada por uma mudança que a historiografia experimenta desde a terceira geração dos *Annales*, constituída por volta da década de 60. No tempo em que as pesquisas quantitativas começavam a ser questionadas nas Ciências Humanas, historiadores franceses passaram a se dedicar ao relato (inicialmente escrito, contido em documentos, e logo em seguida oral, extraído da memória dos vivos) para reconstituir e interpretar fatos, numa atitude que Burke (1997, p. 103) chama de “retorno à narrativa”. As biografias ganham espaço e, com elas, narrações que preocupam-se em reconstituir modos de vida muito mais do que eventos; contextos e mentalidades muito mais do que estruturas econômicas. Com o mesmo ambiente propício, os Estados Unidos produzem historiadores que, “casados” com a antropologia, reconhecem no discurso do outro e no poder apropriador da cultura um elemento importante de documentação do tempo presente e do passado recente. A micro-história produz a história oral, que dedica-se a entrevistar.

¹⁷ “Eu tenho que estar forte” foi o título que Dennis deu para a história de Hilda, classificada como um perfil jornalístico. O trabalho será compilado em uma publicação feita em conjunto com a disciplina de Fotojornalismo e organizada pela professora Ms. Elisabeth Kimie Kitamura.



O depoimento de indivíduos que presenciaram ou participaram de determinada fase da história são considerados, assim, documentos tão importantes quanto antigos manuscritos, cartas, censos demográficos ou registros oficiais de governos. Para tanto, há que se considerar as instâncias da memória e há que se considerar também que o ato de lembrar indica uma auto-referenciação. Bosi (1998, p. 375) assim conclui, quando aponta que a memória era a força de trabalho do velho, ao recontar momentos de sua vida privada que contribuam para a reconstituição da vida pública. O olhar da micro-história, portanto, tem muito a contribuir com o jornalismo. Podemos entender as fontes dos jornalistas como sujeitos que estão inseridos em uma comunidade, nela interagem e dela retiram a compreensão do que vivem. O entrevistado, para o jornalismo, é uma mera fonte, um declarante. Mas pode vir a ser mais: um depoente que, quando levado a falar de si, a delinear sua trajetória, recorre a vivências, a lembranças e a valores adquiridos durante a vida. Trata-se, como afirma Medina (2003, p. 35), “de humanizar as fórmulas que constituem as técnicas da inércia profissional, na vitalidade do cotidiano anônimo”.

Referências bibliográficas

ARBEX JR., José. “Uma outra comunicação é possível e necessária”. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1986.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

CAPPARELLI, Sérgio e LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Estrutura da notícia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Linguagem jornalística**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e Cultura**: as idéias de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Entrevista**: o diálogo possível. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Notícia**: um produto à venda. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.